

Conflitos socioambientais em áreas protegidas: o Parque Nacional da Serra de Itabaiana, em Sergipe

*Carla Taciane Figueirêdo¹
Antônio Vital Menezes de Souza²*

Resumo: O processo de implantação de Unidades de Conservação (UC) tem-se estruturado numa política orientada pelo desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, institucionalizar unidades sem a participação das comunidades do seu entorno pressupõe o surgimento de conflitos socioambientais, já que os atores sociais compartilham de modos de apropriação, reprodução da vida social e interesses que divergem das leis que regulamentam os parques nacionais. Este artigo objetivou, portanto, identificar os conflitos decorrentes da criação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana (PARNASI), analisar os sujeitos envolvidos e os impactos de suas ações. O procedimento metodológico fundamentou-se numa pesquisa qualitativa, documental, com aplicação de entrevistas semiestruturadas. O estudo evidenciou conflitos na criação do Parque, o que demonstra não apenas a ausência de ações imprescindíveis para amenizar os embates, mas também a invisibilidade dos atores sociais.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Participação. PARNASI.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA/UFS). Graduação em História, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Tecnologias Intelectuais, Mídias e Educação Contemporânea da Universidade Federal de Sergipe (SEMINALIS/UFS). E-mail: carlatacyane@hotmail.com

² Orientador da Pesquisa. Doutor em Educação. Professor Adjunto do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Líder do Grupo de Pesquisa em Tecnologias Intelectuais, Mídias e Educação Contemporânea da Universidade Federal de Sergipe (SEMINALIS/UFS). E-mail: a.vmsouza@yahoo.com.br

Abstract: The implementation process of Conservation has a structured environmental policy-oriented sustainable development. From this perspective the form of institutionalization of these units without the participation of surrounding communities set the precondition for the emergence of social and environmental conflicts, as social actors hold modes of appropriation and reproduction of social life, interests that differ from environmental laws that regulate National Parks. Meanwhile, this article aimed to relate conflicts arising from the creation of Parnassus, the subjects of these conflicts and the impacts caused by the actions of these social actors. The methodological approach was based on qualitative research, with application of semi-structured interviews and documentary research. The study found that conflicts manifest after the creation of Parnassus confirm that the creation of this unit were not considered essential actions to mitigate some of the conflicts, and social actors were invisible from the creation process.

Keywords: Conflicts socioenvironmental. Participation. PARNASI.

Introdução

Desde a segunda metade do século XX, vem-se ampliando a discussão sobre a importância das Unidades de Conservação (UC) enquanto estratégia de preservação de ecossistemas representativos. A política que norteia a institucionalização dessas áreas fundamenta-se na premissa do desenvolvimento sustentável. A tentativa é conciliar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais por meio de espaços ambientalmente protegidos. Com a institucionalização, tais áreas passam a ter plano de gestão elaborado de acordo com as realidades socioambientais e econômicas, e, a depender da categoria da UC, um conselho consultivo ou deliberativo. Cabe a esse conselho discutir, com a participação da comunidade local, temas relacionados à área da Unidade. No entanto, algumas Unidades de Conservação não cumprem esses preceitos.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e abrange as Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais.

Essas Unidades estão divididas em duas categorias: a de proteção integral, também chamada de uso indireto, cujo principal objetivo é a preservação da biodiversidade e a do uso sustentável ou direto, aquela que permite ao homem utilizar os recursos naturais de forma regulada e sustentável.

O Estado de Sergipe conta com 15 Unidades de Conservação: são três federais, sete estaduais, duas municipais e três particulares. No entanto, todas elas funcionam de maneira irregular. Estudos mostram os principais problemas: ação antrópica impactante, especulação imobiliária, inexistência de conselho consultivo, de ordenamento territorial, de plano de manejo, carência de recursos humanos, financeiros e materiais, bem como a falta de fiscalização na área da Unidade (GOMES et al., 2006).

Esses problemas originam conflitos socioambientais, tanto no espaço geográfico das Unidades de Conservação, quanto em sua zona de amortecimento. Os conflitos socioambientais são aqueles travados em função dos problemas de uso e apropriação dos recursos naturais. Há um confronto entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para gestão dos bens coletivos de uso comum. Assim, os embates surgem com a disputa pelo acesso aos bens e serviços ambientais (ACSELRAD, 2007).

Entender como esses elementos estão interligados e identificar a sua existência nas diferentes categorias de unidades de conservação pode auxiliar gestores e atores sociais ligados à temática a mediar os conflitos. Com base nos principais problemas, ou nos mais recorrentes, é possível também refletir sobre a relação entre sociedade e áreas protegidas.

Nesse contexto, o presente trabalho identificou a existência de conflitos socioambientais em uma Unidade de Conservação de relevante representatividade no Estado de Sergipe, o Parque Nacional da Serra de Itabaiana, e analisou os atores sociais envolvidos e os impactos de suas ações.

O Parque Nacional da Serra de Itabaiana (PARNASI) e seus conflitos socioambientais

O Parque Nacional da Serra de Itabaiana localiza-se entre os municípios de Areia Branca, Itaporanga D’Ajuda, Laranjeiras, Campo do Brito e Itabaiana. É o primeiro e único Parque Nacional do Estado de Sergipe e tem um papel fundamental no processo de conservação dos fragmentos florestais, dos leitos de rios e da biodiversidade local (SILVA, 2001).

Segundo Lima (2010), o PARNASI situa-se nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Sergipe e possui importantes nascentes na região da Serra de Itabaiana, Serra Comprida e Serra do Cajueiro. Essas nascentes são utilizadas no abastecimento de água da capital, do agreste e das imediações dessa Unidade de Conservação (CARVALHO; VILLAR, 2005).

O Parque (figura 1) congloera uma extensa zona de transição entre os biomas da Mata Atlântica e Caatinga e destaca-se tanto pelo seu *habitat* e espécies endêmicas quanto pelo valor econômico e cultural, reconhecido pelas comunidades locais (VICENTE et al., 2005 apud LIMA, 2010). Abrange uma área de aproximadamente 7.966 hectares, sua sede localiza-se no Km 36 da BR-235 (10°25’S, 37°25’W), entre os domínios morfoclimáticos da caatinga e mata atlântica (CARVALHO; VILLAR, 2005 apud LIMA, 2010).

Figura 1 – Mapa Territorial do Parque Nacional da Serra de Itabaiana



Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Nos povoados de Mundês e Rio das Pedras, a situação mais conflitante refere-se à utilização de recursos do Parque, como a matéria-prima (bloco, telha, e tijolinhos) utilizada nas olarias e cerâmicas, produtoras de artefatos para a construção civil. No povoado de Bom Jardim, a atividade preponderante é a agricultura.

O PARNASI foi institucionalizado por meio da portaria nº 84.017. Em seu entorno existem aproximadamente 24 povoados. A fase de transformação da Serra de Itabaiana em área ambientalmente protegida começou em 1979 e terminou em 2005. Nesse período, uma área de 288 hectares era protegida como Estação Ecológica. Destaca-se que tanto o Parque Nacional quanto a Estação Ecológica são Unidades de Conservação e têm como objetivo a preservação de ecossistemas. No caso em estudo, a “teórica” e não oficializada Estação Ecológica foi transformada em Parque Nacional mediante decreto presidencial publicado no *Diário Oficial da União*, em 16 de junho de 2005.

De acordo com Acselrad (2004), há três tipos de apropriação do mundo material: a apropriação técnica (transformação do meio físico), a apropriação social (sociodiversidade e relações desiguais de poder) e a apropriação cultural (atribuição simbólica ao espaço). Desse modo, as atividades das olarias e cerâmicas de um determinado recorte espacial refletem o processo histórico desse local, bem como suas contradições, forma de apropriação do mundo material e valorização do espaço. Aqui, o pano de fundo é o modo capitalista de produção.

Na ótica de Nascimento (2001), cinco elementos compõem os conflitos socioambientais:

Natureza: Econômica, política, ambiental, cultural, doméstica, geracional, de gênero, religiosa, étnica, ideológica, geográfica, internacional, nacional, local;

Atores: Indivíduos, grupos, Estados e coletividades ou organizações de identidade própria, reconhecidas por outros, com capacidade de modificar seu ambiente de atuação. Podem apoiar, vetar ou ficar neutros;

Campo do conflito: Está atrelado ao espaço onde os atores produzem os movimentos que vão desembocar no confronto de ideias e opiniões. O campo do conflito é determinado após a demarcação do território geográfico e social;

Objeto de disputa: Pode ser material ou simbólico, divisível ou indivisível, real ou irreal. Tem um caráter de bem e/ou recurso escasso ou é considerado como tal.

Dinâmica do conflito: Cada conflito tem um modo específico de manifestar-se. Alguns podem ocorrer de forma mais imediatista, outros não.

O quadro 1 apresenta os conflitos surgidos após a institucionalização do Parque Nacional da Serra de Itabaiana e aponta os atores, as ações e os impactos decorrentes dessas ações.

Quadro 1 – Conflitos socioambientais presentes no PARNASI.

Sujeitos dos conflitos	Ações	Impactos
Comunidade local	- Ocupações na área do parque	- Poluição
	- Despejo de lixos domésticos - Extração ilegal de areia - Extração de lenha - Caça	- Desequilíbrio no ecossistema
	- Prática da agricultura	- Depreciação da qualidade química da água e aumento dos processos erosivos
	- Ausência do plano de manejo	- Impedimento no planejamento estratégico da Unidade.
Gestão do PARNASI	- Inexistência do Conselho Consultivo	- Impedimento na participação da comunidade local prevista no SNUC.
	- Proibição da manifestação religiosa	-Desestabilização cultural
	- Trilhas	- Compactação do solo
Olarias e cerâmicas	- Utilização de argila (matéria-prima dos produtos das olarias e cerâmicas) oriundas das limitações do PARNASI - Emissão de gases poluentes	- Poluição atmosférica - Alteração na paisagem - Degradação dos solos - Implicações legais

Fonte: Figueiredo (2011).

Todos os conflitos acima relacionados estão de acordo com a classificação de Acselrad. Como se vê, no Parque Nacional da Serra de Itabaiana, destacam-se: a falta de regularização fundiária; a desestabilização cultural, simbolizada na proibição de manifestação religiosa (não permitir que os fiéis subam a serra em procissão carregando o mastro) e a interferência no processo de desenvolvimento econômico. Este último se manifesta no discurso dos gestores das olarias e cerâmicas, os quais desenvolvem suas atividades no entorno do Parque.

Este estudo seguiu um roteiro de pesquisa documental sobre o PARNASI. A caracterização da área e o entendimento sobre a realidade local baseiam-se em dados secundários, visitas ao campo, anotações, registro fotográfico e no método de observação livre da referida Unidade e do seu entorno. A identificação dos conflitos socioambientais estruturou-se em uma pesquisa bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 1982) e questionário semiestruturado (TRIVIÑOS, 1995).

As entrevistas foram realizadas com técnicos da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH), gestores de cerâmicas e proprietários de olarias localizadas nos povoados de Mundês, Rio das Pedras e Lagoa dos Fornos, entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana. A análise dos dados baseou-se nas entrevistas e no referencial teórico. Na transcrição, foi mantida a pronúncia real dos sujeitos da pesquisa, para preservar o seu modo de vida e as peculiaridades da comunidade em questão.

Resultados e discussão

O estudo do Parque Nacional da Serra de Itabaiana apontou a existência de trabalhos similares realizados em Sergipe. Com isso, foi possível identificar não apenas os conflitos decorrentes da criação do PARNASI, mas também outros, recorrentes, em áreas classificadas de proteção integral.

As primeiras leituras sobre a realidade dessa Unidade de Conservação prenunciavam conflitos. Em menor ou maior grau,

eles influenciam de modo negativo a proteção dos recursos naturais. A ausência do plano de manejo representa um problema para as Unidades. Mesmo naquelas com localização e categoria distintas, há conflitos inerentes à transformação de áreas verdes em áreas conservadas.

Para evitar avaliações descontextualizadas, a sistematização dos conflitos socioambientais do Parque Nacional da Serra de Itabaiana, onde as condições climáticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais são específicas, exigiu uma análise criteriosa. Eles foram relacionados em categorias gerais, examinadas individualmente a seguir.

Ausência de plano de manejo

O plano de manejo consiste em um documento cuja finalidade é estabelecer o zoneamento e as normas para o uso e manejo dos recursos naturais de uma Unidade de Conservação (BRASIL, 2000). O zoneamento procede do plano de manejo e é uma técnica de ordenamento territorial utilizada para atingir os resultados mais adequados, pois estabelece diferentes usos para cada espaço e leva em consideração os objetivos, potencialidades e características locais. Sua função é estabelecer setores ou zonas onde serão desenvolvidas normas específicas, com a finalidade de proporcionar os meios e condições para que os objetivos da Unidade sejam alcançados.

A ausência do plano de manejo contribui para a incompatibilidade das ações no PARNASI. O fato de não existir um documento para estabelecer as normas e os diferentes modos de uso da Unidade (zoneamento) tende a subjetivar a tomada de decisão. Isso dificulta a formação de uma estrutura de gestão para as ações sustentáveis (GOMES et al., 2006), fragiliza a operacionalização dessas ações e a fiscalização.

Inexistência de conselho consultivo

O conselho consultivo é uma recomendação do SNUC (BRASIL, 2000), formado pelo órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação e por representantes de órgãos públicos, da sociedade civil e

da comunidade local, desde que desenvolvam alguma ação nas Unidades. Compete-lhe discutir, propor e planejar ações para esses espaços.

A falta do conselho consultivo no Parque Nacional da Serra de Itabaiana inviabiliza a construção de um espaço democrático e participativo, no qual sejam discutidas as potencialidades da UC e propostas ações relativas aos problemas e conflitos enfrentados pelos seus diferentes atores. A efetivação do referido conselho pode promover a divisão de responsabilidades, a interlocução dos envolvidos, direta e indiretamente na conservação e uso dos recursos naturais, e pode compensar também as relações desiguais de poder existentes entre os atores sociais (olarias, cerâmicas, parque) envolvidos na problemática do Parque.

É de fundamental importância discutir sobre os vários modos de se aplicar as ações administrativas em uma Unidade de Conservação. A história brasileira é marcada por uma estrutura desigual, autoritária, de poder. Isso afetou profundamente o exercício da cidadania e o interesse da sociedade em participar da construção e proposição das chamadas áreas públicas. O conselho consultivo, além de ser uma ferramenta de participação social, é também um espaço para assegurar a democracia nos espaços públicos.

Conflitos referentes à regularização fundiária

A Unidade de Conservação é um instrumento legal para garantir a conservação e a proteção dos recursos naturais. Ela vem apresentando também grande importância no controle do avanço da agricultura, embora esse fator não seja totalmente respeitado. Um exemplo disso é a constatação de uso do solo pela agricultura no Parque Nacional da Serra de Itabaiana, Unidade em estudo.

A situação fundiária nesse Parque é um problema decorrente da não desapropriação das áreas privadas, agravado em razão da fragilidade dos órgãos competentes na fiscalização. No PARNASI, 65% das terras ainda não foram desapropriadas.

Segundo Sobral et al. (2007), o poder público detém aproximadamente 35% da área do PARNASI, o que inviabiliza uma atuação mais eficaz do órgão gestor. Lá, são comuns as práticas agrícolas e elas servem tanto para a subsistência da comunidade local como para a comercialização em pequena quantidade. De acordo com as pesquisas apresentadas por Sobral et al. (2007, p. 4):

Tais práticas, ainda que a criação da UC impusesse sua extinção, continuam sendo observadas na unidade, provocando impactos no meio ambiente. O uso de agrotóxicos, principalmente seu manejo inadequado gera no meio físico a depreciação da qualidade química da água devido ao escoamento subsuperficial. Essa ação impactante provoca também aumento dos processos erosivos e conseqüentemente a redução da capacidade produtiva do solo. No meio biótico os impactos são caracterizados pela diminuição da base genética em decorrência da redução do banco de propágulos vegetais no solo e da redução da biota do solo.

Diante do exposto, fica explícito que os impactos ocasionados na Unidade de Conservação pelo uso impróprio do solo podem ser considerados pressupostos para o desequilíbrio da biodiversidade do território do Parque Nacional da Serra de Itabaiana. Ainda de acordo com Sobral et al. (2007, p. 4)

[...] o uso agrícola indevido apresenta extensão local, origem direta, sentido negativo, com alto grau de impacto, onde a depreciação vai ter frequência temporária e resposta num curto prazo, enquanto os processos erosivos vão apresentar uma frequência permanente com resposta num médio prazo,

como demonstram as figuras 2 e 3:

Figura 2 – Preparação do solo para o cultivo na área do PARNASI



Fonte: Figueiredo (2011).

Figura 3 – Cerâmica localizada no entorno do PARNASI



Fonte: Arquivo pessoal da Cerâmica União.

Na análise das ações na Unidade de Conservação de proteção integral Parque Nacional da Serra de Itabaiana fica evidente que a questão fundiária ainda está sem solução. É, portanto, um pressuposto para a falta de entendimento entre os atores daquele espaço. Esse problema é confirmado tanto na entrevista concedida por Valdineide (técnica e pesquisadora da SEMARH), quanto nos registros da pesquisa de campo.

Vai regularizar a situação fundiária do Parque, *então quando você estabelece uma Unidade de Conservação, você coloca o polígono naquela velha inscrição, incluindo as áreas que são estratégicas para a proteção do sistema de toda a área do Parque, inclusive áreas para recuperação, então não é só aquela área que está lá, não nunca ninguém usou, não está mexendo, tem área passíveis de recuperação, então parece que tem duas olarias que estão ali, que ficaram no polígono da unidade, é para regularização fundiária, para adquirir aquela área, e depois transformar aquilo ali numa outra coisa, uma coisa que sirva de atrativo para o Parque, pra não deixar aquilo aí como foco de pressão negativa sobre o Parque, pra não impedir, ou não dificultar o cumprimento dos objetivos do Parque. Tem que ter investimento, você faz a unidade de conservação, concilia, pra chegar no polígono você tem que conciliar os diversos interesses, que são muitas vezes divergentes. Por isso que tem aquelas olarias (Pesquisadora e técnica da SEMARH entrevista, março de 2010, grifo nosso).*

Os principais danos advindos da prática da agricultura nessas áreas são: a perda da biodiversidade, por meio da homogeneização dos cultivos e da introdução de espécies exóticas; a perda do *habitat*, o que põe a fauna em risco; a utilização de insumos químicos, que pode ocasionar a contaminação do lençol freático e do solo. Nos limites do Parque Nacional da Serra de Itabaiana, há ainda o uso do fogo, seja nas festividades, seja no acendimento de fogueiras pelos visitantes. Tal prática também é um fator preocupante e incompatível com a categoria da Unidade, pois traz risco de incêndio aos recursos florestais.

Construções indevidas

A desordem territorial, ocasionada pelas construções indevidas talvez seja o conflito mais recorrente em áreas protegidas. E com o Parque Nacional da Serra de Itabaiana não é diferente. Residências de moradores locais, instalação de cerâmicas e olarias e apropriação dos recursos naturais são fatores com grande influência no processo de degradação ambiental, conforme se evidencia na figura 4.

O quadro de poluição e conflitos concentra-se principalmente nas cidades. No entanto, a zona rural não se exclui do problema. Na Unidade de Conservação em estudo, sua existência está relacionada ao interesse de grupos por uma área de relevante interesse ambiental.

Conflitos referentes ao descarte dos resíduos sólidos domésticos

No Brasil, tanto no meio urbano como no rural, os problemas ambientais têm-se avolumado rapidamente, ao passo que a lentidão para resolver tal questão causa impactos que afetam a população e o meio ambiente.

A urbanização predatória representa um transtorno para o Parque Nacional de Serra de Itabaiana. A beleza exuberante das cachoeiras e a biodiversidade fazem aumentar o número de visitantes e a quantidade de lixo. Com isso, o risco de morte dos animais que consomem os plásticos deixados por esses turistas é grande. Além disso, o descarte inadequado do lixo compromete o equilíbrio do ecossistema, uma vez que a percolação do chorume ocasiona a poluição do solo e dos lençóis freáticos. Os resíduos sólidos de diferentes procedências (lixo doméstico depositado pela comunidade, carcaças de animais oriundos dos matadouros) comprometem a qualidade da água subterrânea e contaminam a fauna.

Os resíduos sólidos coletados nos municípios são descartados no ambiente de forma inconsequente, sem nenhuma preocupação com o solo e os mananciais da região. Essas ações podem comprometer o ecossistema, trazer implicações jurídicas, em virtude do descumprimento da legislação ambiental, e ocasionar a escassez da água consumida pela população envolvida. Cabe à sociedade e aos órgãos fiscalizadores apontar esses riscos com vistas à sustentabilidade dessas áreas.

Utilização dos recursos naturais: lenha e argila

Um dos problemas mais conflitantes e de maior relevância para este estudo é a utilização da argila, do selão e da lenha do PARNASI pelas

unidades produtivas de olarias e cerâmicas. A pequena distância entre os estabelecimentos e o Parque é um dos pressupostos que mobilizam a extração dos recursos de forma desordenada e intensa. Essa prática, apesar de restrita após a implantação do Parque, ainda persiste de forma indireta e ilegal. É o que demonstram as entrevistas dos oleiros e ceramistas. Eles descrevem o processo de aquisição da matéria-prima para a produção:

Sempre ajudando uns aos outros, às vezes empresta uma *caçambada* de selão... *que eles tiravam lá do pé de serra mesmo, mas hoje não tira mais que é proibido, já tira lá para baixo...* Os donos de cerâmica que leva para cerâmica deles, às vezes o dono de olaria vão lá e fala: *fulano* estou precisando de uma caçamba de selão *ai eles dá duas e paga uma e uma fica de graça...* sempre ajudando uns aos outros, por que a cerâmica mesmo não precisa vender uma caçambada de selão ou de barro, *eles tem demais...* Mal tem tempo *para o serviço deles...* Eles tiravam antes de lá sem ser regulado, *mas o IBAMA deu em cima e ficou um buracão bem grande*, isso tem... *que proibir mesmo tem uns três anos... Pois ficavam escavando a serra esbagaçando ai proibiu e pronto não tira mais de lá...* (Adeilson, proprietário de olaria povoado Mundês, grifo nosso).

A matéria-prima encontrada na Serra constitui também um atrativo para os ceramistas e, principalmente, para os oleiros, que se utilizam de estratégias para enfrentar as mudanças impostas pela legislação ambiental, em decorrência da implantação do PARNASI. Como existe uma relação entre matéria-prima e qualidade do produto, os oleiros necessitam de um selão de boa qualidade para garantir a produção da telha. A ilegalidade na aquisição dessa matéria-prima é visível, como demonstra um oleiro em entrevista, ao ser questionado sobre as mudanças na atividade após a implantação da UC.

Só mudou o produto que a gente usa. *Por que antes a gente poderia tirar, era antes a gente podia tirar. Era muita argila tirada de lá mesmo encostada no Parque do Gavião, era muita coisa tirada de lá, ai no pé dessa serra era muita, muita argila tirada de lá.* Lenha não tirava, por que lá também não tem lenha, lá tem muita argila, tem uma argila

que chama selão, tinha barro. É o selão que dá a qualidade da telha (José Carlos, proprietário de olaria povoado Lagoa dos Fornos I, grifo nosso).

Sobre a existência de selão na Serra de Itabaiana, o trabalhador complementa “Tem muitão, e o povo não tira mais não”. A presença de vários carroceiros vendendo o selão torna inevitável o questionamento. A respeito disso, o oleiro informa:

*Não, as carroçadas começaram a tirar mais morreu uns soterrados, começaram a morrer lá e não foram mais não. Teve um que morreu agora em 2010, outro em 2007, e outro quase morreu a semana passada. Foi por que *tava* tirando a argila (José Carlos, proprietário de olaria povoado Lagoa dos Fornos, grifo nosso).*

Uma vez que essa entrevista foi realizada no mês de maio de 2011, deduz-se que a retirada de argila e selão continua, porém, de forma comedida. Essa prática é considerada, na concepção de Beck (2010), um “risco fabricado”, pois pode ocasionar a morte de oleiros, como informa o Sr. José Carlos.

Mitigação dos conflitos socioambientais no PARNASI e estratégias para melhor gestão de áreas ambientalmente protegidas

A criação de Unidades de Conservação, mesmo em categorias e espaços geográficos distintos, constitui um pressuposto para conflitos socioambientais, o que prejudica a relação da instituição gestora com a comunidade local. Sobre esse assunto, existe um amplo e fundamentado referencial teórico. Diegues (2000), Zhouri et al. (2005), Gomes et al. (2010), Cifuentes et al. (2000), por exemplo, mostram a importância do plano de manejo nas Unidades de Conservação. No entanto, esse plano ainda não é considerado uma prioridade. Isso dificulta a conexão entre as ações e não permite que questões legais, administrativas, sociais, institucionais, científicas e de planejamento assegurem a sustentabilidade em longo prazo, com a devida observância dos valores culturais e sociais de cada região.

Os conflitos em torno do PARNASI confirmam: na criação dessa Unidade, não foram consideradas algumas ações essenciais para mitigar os embates. Antes de tudo, seria necessário realizar, por exemplo, um diagnóstico participativo e estabelecer uma comunicação com a comunidade do entorno sobre a importância da Unidade de Conservação. Durante o processo de institucionalização do Parque, a participação de Valdineide Santana foi importante. Em entrevista, ela relembra esse momento:

Não. Eu fui eu acho que em 1989, quando eu saí de Pirambu e fui pra lá, pra Serra de Itabaiana, pra assumir essa responsabilidade de criar a unidade, consolidar o processo de criação da unidade e ao mesmo tempo fazer as atividades de gestão, então, pra fazer isso, pra fazer a interlocução com as pessoas, eu dei uma série de palestras, produzimos um vídeo, eu fiz várias palestras nas Escolas, na Câmara de Vereadores, nos CDL, no Rotary, isso em 89, 90, 91. A gente foi trabalhando até o dia que chegou que a conclusão lá em Brasília e ao mesmo tempo lá no mestrado, que poderia trabalhar com a perspectiva mesmo de criar a Unidade. Então vamos criar agora o governo federal quer resolver isso, que foi quando o secretário, o ex-secretário do meio ambiente, Marcio Macedo, assumiu no IBAMA, então quando ele assumiu, ele começou a fazer uma gestão direta em Brasília e constante, pra resolver definitivamente isso aqui. O que fazer da Serra e como fazer, então ele recebeu o aval do IBAMA que ia priorizar o processo de criação do Parque e daí foi feito o estudo com a Universidade Federal, com o departamento de biologia, com a coordenação do professor Teófilo Morado e com o professor Adalto, então esse estudo foi o estudo da biota, tinha o estudo da biota e tinha o estudo com a comunidade, que foi um pouco do meu trabalho, então além do mestrado que eu trabalhei pra chegar naquele resultado, eu também trabalhei para chegar à criação da Unidade. Para ouvir das pessoas, daquelas oportunidades todas que tem no SNUC, de proteção integral, o que seria melhor pra Serra, se seria o Parque, se seria Estação Ecológica, o que seria? E aí foi quando eles falavam dos objetivos, a forma de utilização da área, ia chegando em Parque, mesmo sabendo das implicações, mas tem propriedades particulares, mas hoje o senhor está tirando material do parque, não, mas eu paro de tirar, então quem está dentro, aqui em Terra Preta e Água Fria, tem várias propriedade que as pessoas não vivem, não sobrevivem da sua

propriedade, nesses dois casos eles não dependem desses imóveis pra sobreviver, tem vários casos, agora, do lado do Bom Jardim que de fato tem propriedade que estão encostadas, que foram interessantes colocar aqui porque, os recursos naturais eles não estão só nas áreas de preservação permanente, então você tem que compor esse polígono, pra estabelecer esses limites, então colocar recursos hídricos pra garantir a sustentabilidade desse espaço pra funcionar como Parque, estava só a Serra de Itabaiana no projeto inicial, com o estudo da Universidade, chegou-se a conclusão que deveria incluir a Serra Comprida e também a Serra do Cajueiro, que tem as nascentes do rio Poxim, que abastece uma parte de Aracaju, então por isso que a área foi ampliada e tem até demanda de colocar a Serra da Ribeira, a comunidade do povoado Ribeira já tinha solicitado ao IBAMA pra incorporar ao Parque (Valdineide Santana, entrevista realizada em 2010 pelo GEPPIP, grifo nosso).

Esse depoimento demonstra a participação de diversos atores sociais no momento de criação do PARNASI. Entre eles, destacam-se a Universidade Federal de Sergipe, o poder político de Itabaiana e instituições, como a Câmara de Vereadores e a Câmara de Dirigentes Lojistas.

De acordo com Gerhardt (2007), as políticas públicas que subsidiam as áreas naturais protegidas fundamentam-se em “metodologias” participativas, buscam “ouvir opiniões” de potenciais interessados e podem estar servindo como formas de controle, disciplinamento, adestramento e invisibilização de sujeitos sociais. O autor complementa:

E, ao contrário do que se poderia pensar, posturas pretensamente mais abertas ao *diálogo* (outra palavrinha recorrente no discurso da *participação*) e a ideia de que populações que vivem dentro ou próximas a áreas naturais protegidas precisariam ser *incluídas* nos processos de tomada de decisão podem estar contribuindo justamente para a perda da já relativa autonomia que estes mesmos grupos possuem no sentido de se contrapor e resistir a relações de dominação a que estão sendo submetidos. Da mesma forma, afirmar que diferentes grupos sociais afetados

pela criação de áreas naturais protegidas *participaram* das decisões envolvendo projetos governamentais e não governamentais (por exemplo, através de “audiências públicas”, “conselhos consultivos”, “reuniões com as comunidades” ou mesmo através de “relatórios” e “diagnósticos” socioambientais feitos por pesquisadores em parceria com universidades) pode estar servindo tão somente como forma de legitimar a execução destes projetos, tornando-os fatos sociais quase que inquestionáveis (GERHARDT, 2007, p. 3, grifo nosso).

Portanto, a atual forma de institucionalizar unidades de conservação pode representar uma ameaça ao cumprimento dos seus objetivos e contribuir para a proliferação dos chamados “parques de papel”, ou seja, parques e/ou unidades que não são manejados de forma adequada e conseqüentemente não cumprem os seus objetivos de conservação (CIFUENTES et al., 2000).

É válido destacar as considerações de Diegues (2000, p. 42), que admite uma complementaridade entre conhecimentos tradicionais e científicos e afirma:

[...] valorização do conhecimento e das práticas de manejo dessas populações deveria constituir uma das pilastras de um novo conservacionismo nos países do Sul. Para tanto, deve ser criada uma nova aliança entre os cientistas e os construtores e os portadores do conhecimento local, partindo de que os dois conhecimentos – o científico e o local – são igualmente importantes.

Soares et al. (2002), ao analisarem as ações integradas (comunidade /instituição gestora) de conservação da biodiversidade em Unidades de Conservação de proteção integral no Brasil, sistematizaram práticas que aliam a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno a essas ações³.

³ Análise da situação fundiária; 2- Participação dos atores sociais; 3 - Organização e nível de influência dos atores sociais; 4- Relação entre unidade de conservação e ações de conservação em seu entorno; 5- Articulação das ações de conservação com o poder público e as comunidades; 6- impactos das ações de conservação na geração de emprego e renda.

A análise dos impactos da ação preservacionista na geração de emprego e renda é de grande relevância para a área de estudo, uma vez que a instalação das indústrias de cerâmicas e das olarias nos povoados do entorno no PARNASI mobilizou um considerável número de mão de obra na região. A proliferação de cerâmicas atraiu muitos homens para os postos de empregos dessas unidades. Isso contrariou a previsão dos ceramistas que, na época da criação do PARNASI, utilizaram alguns meios de comunicação para divulgar que a criação de uma Unidade de Conservação ocasionaria desemprego.

Analisar a condição do PARNASI implica ressaltar a importância de um plano de manejo que auxilie na mediação dos conflitos existentes. Segundo a pesquisa, na implantação do Parque, a participação dos atores sociais, especificamente os gestores das olarias e cerâmicas, foi superficial. A população local também não participou das discussões. As entrevistas demonstram um processo caracterizado pela supervalorização das questões políticas e econômicas, em detrimento das questões sociais.

Com a pesquisa, tornou-se possível perceber que o nível de influência dos atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais, em função da implantação do PARNASI, é preponderante nas ações dos proprietários das olarias e cerâmicas, da comunidade do entorno do Parque, dos agricultores, do gestor da Unidade de Conservação e dos órgãos ambientais, como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH-SE) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Diante da crise ambiental contemporânea, várias teorias, como a formulada por Acselrad (2004), defendem ou postulam procedimentos para a resolução dos conflitos. No entanto, é mais realista falar em tratamento ou mitigação dos conflitos socioambientais do que na resolução deles.

Considerações finais

A institucionalização de Unidades de Conservação perpassa por uma política ambiental que desconsidera as peculiaridades socioeconômicas e culturais de cada território, contexto que contribui para a incidência de conflitos e impede o desenvolvimento de uma gestão eficaz. Daí a insatisfação regional e o desgaste da imagem dos órgãos responsáveis pela administração das áreas protegidas.

As discussões decorrentes da institucionalização do Parque Nacional da Serra de Itabaiana denotam que, durante a criação dessa Unidade de Conservação, algumas ações essenciais não foram consideradas. Entre elas, destacam-se: a ausência de um diagnóstico participativo, a falta de opinião da comunidade sobre a categorização da UC e de audiência com a participação de todos os segmentos da comunidade do entorno.

Enfim, medidas essenciais para evitar a invisibilização dos diversos atores sociais presentes no entorno do PARNASI são imprescindíveis para a efetivação do Parque. A atual forma de implementação das Unidades de Conservação representa uma ameaça ao cumprimento dos seus objetivos e contribui para a proliferação dos chamados “parques de papel”, ou seja, unidades que não são manejadas de forma adequada e que, conseqüentemente, não cumprem os objetivos de conservação, conforme as considerações de Cifuentes et al. (2000), como fora mencionado no decorrer do trabalho.

Com este estudo, destacam-se os principais motivos dos conflitos socioambientais manifestos no entorno do PARNASI: a gestão administrativa e a não participação dos atores sociais no processo de institucionalização daquela UC.

Como reflexão da questão ambiental ou considerando a lógica da sobrevivência, este estudo explicitou denúncias contra o desflorestamento, a erosão dos solos, a sedimentação dos rios e outras formas de destruição dos recursos naturais. As observações apontam, portanto, as conseqüências da prática devastadora das olarias e cerâmicas.

Na análise desse problema, é necessário, entretanto, considerar as práticas sociais e buscar conciliar o desenvolvimento dessas atividades com a conservação dos recursos naturais utilizados no processo produtivo.

Referências

ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

_____. Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 07-11.

BECK, U. *Sociedade de risco rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000*. Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza. Brasília, 2000.

_____. *Convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América de 1940*. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/decleg_03_48.pdf>. Acesso em: 04 maio 2010.

CARVALHO, C. M.; VILLAR, J. C. Introdução – levantamento da biota do Parque Nacional Serra de Itabaiana. In: _____. (Coord.). *Parque Nacional Serra de Itabaiana: levantamento da biota*. Aracaju: UFS/IBAMA/Biologia Geral e Experimental, 2005. p. 9-14.

CIFUENTES, M. et al. *Medição da efetividade do manejo de áreas protegidas*. Turrialla: CC, R, WWF, UICN, GTZ, 2000.

DIEGUES, A. C. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec; NUPAUB-USP, 2000.

FIGUEIREDO, C. T. *Modernidade e exclusão em áreas ambientalmente protegidas: olarias e cerâmicas no entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana-SE*. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

GERHARDT, C. A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas: uma análise comparativa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 29 de maio a 1º de junho de 2007.

_____. *Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas: entre a instabilidade dos “lados” e a multiplicidade estrutural das “posições”*. 2008. 542 f. Tese (Doutorado no Instituto de Ciências Humanas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GOMES, L. J. et al. Percepção ambiental como estratégia de planejamento e gestão em unidades de conservação. In: NETTO, A. de O. A.; GOMES, L. J. (Org.). *Meio ambiente: distintos olhares*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; CNPq, 2010. v. 1, p. 121-159.

_____; SANTANA, V.; RIBEIRO, G. T. Unidades de Conservação no Estado de Sergipe. *Revista da FAPESE*, v. 2, n. 1, p. 101-112, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 1982.

LIMA, J. S. *Uso e conservação de recursos botânicos por comunidades rurais do entorno ao Parque Nacional Serra de Itabaiana: uma abordagem etnobiológica*. 2010. 224 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M. (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SANTANA, V. B. de. *Serra de Itabaiana: das brumas do imaginário a cerca invisível*. 2002. 121 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2002.

SOARES, M. C. C. et al. *Entorno de Unidades de Conservação: estudo de experiências com UC's de Proteção Integral*. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2002.

SOBRAL, I. S. et al. Avaliação dos impactos ambientais no Parque Nacional Serra de Itabaiana. SE. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia: UFU, v. 8, n. 24, p. 102-110, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15713/8888>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____; LASCHEFISK, K.; PAIVA, Â. (Org.). Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. (Org.) *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Recebido em: abril e junho de 2012.

Aprovado em: outubro de 2012.